



Anais da Assembléia

N.º 30

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 39ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Otássio Pereira.

Às 9,30 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 01/77, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que denomina "João Leopoldo Jacomel", a Rodovia PR-415, que liga Curitiba a Piraquara. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Hélio Manfrinato e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scara-

mella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

No próximo dia cinco de maio será comemorado o "Dia das Comunicações". Em homenagem a essa data será realizado o Congresso de Radiodifusão do Paraná simultaneamente à "Exposição de Comunicações".

Será na cidade de Londrina, no auditório do "Hotel Bourbon", de cinco a oito de maio.

O patrocínio será da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná e da Diretoria Regional do DENTEL, com a colaboração especial da Prefeitura Municipal de Londrina.

Participarão do conclave representantes das noventa e sete emissoras de rádio e das sete emissoras de televisão do nosso Estado, além dos setores de comunicações dos órgãos públicos. Registre-se que, pela primeira vez, essa exposição será realizada em uma cidade do interior.

Eis porque, diante da importância política e social desse congresso, pedimos e requeremos, se registre nos Anais desta Assembléia, um voto de congratulações dos promotores do conclave, nas pessoas dos Senhores:

1 — AUGUSTINHO SELESKI, da cidade de Francisco Beltrão, que é o Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná;

2 — JOSÉ ALFREDO SILVA FILHO, que é o Vice-Presidente da AERP e o coordenador desse congresso;

3 — Prefeito ANTÔNIO BELINATI, do município de Londrina, que empresta toda colaboração para o sucesso do encontro.

Outrossim, pedimos e requeremos também, se digne esta Presidência designar uma Comissão de Deputados para representar esta Assembléia naquele congresso.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições, e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, seja dirigido aos órgãos estaduais federais competentes, controladores da aplicação de defensivos agrícolas, apelo, por maior fiscalização quanto ao uso de inseticidas nas lavouras do Estado, bem como a incentivar o plantio de árvores frutíferas, visando a alimentação de aves e animais no seu ambiente natural.

Tenho lido e acompanhado pessoalmente o problema em que se está envolvendo o Estado, no que concerne ao desmatamento, registrado indiscriminadamente em todo o seu território.

Ao lado desse problema, e como sua consequência imediata, percebe-se sensível e incontrolável o extermínio da fauna.

Tanto um, quanto outro importam claramente num desequilíbrio físico-biológico da natureza.

A Secretaria de Estado da Agricultura e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) vêm, por todos os meios, tentando trazer alguma solução ao grave problema, ou, ao menos, exercer um maior controle, seja por seus próprios recursos, seja através de apelos a quem quer de boa vontade.

Pouco, contudo, tem sido feito, dado às dificuldades intrínsecas do caso, contra os inseticidas derramados sobre nossas lavouras e responsáveis pela maior dizimação de nossas aves, sobretudo as de pequeno porte e costumes rasteiros.

Isso não bastasse, convém se diga, esses inseticidas, arrastados pelas enxurradas aos nossos rios, contribuem para a contaminação das águas e conseqüente mortandade dos peixes. Assim tem ocorrido nas áreas banhadas pelo rio Tibagi e afluentes, depois que se passou a cultivar soja nos Campos Gerais. E a necessidade de inseticidas comprova solene e patentemente a existência do desequilíbrio natural entre os insetos e as aves que deveriam destruir.

O caçador, tido como o maior dos predadores, quase nada representa face aos inseticidas e da fome por que passa grande parte da fauna paranaense, e diante do ritmo de desmatamento, por muitos visto tão somente como sintoma de progresso.

Sou, contudo, contra qualquer categoria de matanças, e, diante disso, tomo a liberdade de apelar aos órgãos ligados ao problema ou seja à Secretaria de Estado da Agricultura e ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que, a meu entender poderão trazer alguma solução à matéria, sobretudo no que diz respeito a não se permitir que as aves se dizimem forçosamente pela fome.

E de maneira aparentemente muito simples: plantando-se árvores frutíferas, domésticas e selvagens. Assim, a amoreira, a uva do Japão, o pessegueiro bravo, a pitangueira, a guabirobeira, a goiabeira, e jaboticabeira, o tarumã, a ameixeira amarela, o araticum, o esporão de galo silvestre, a mimoseira, a laranjeira, o limoeiro etc., nos locais mais adequados ao consumo e procura pelas aves, ou seja, nas orlas dos bosques, parques florestais, florestas artificiais etc.

Poderiam a meu ver, esses órgãos, através de medidas coerentes, obrigar, sobretudo as companhias reflorestadoras, a fazerem o plantio de árvores frutíferas, visando a alimentação natural das aves e animais no seu ambiente natural. Tal medida poderia ser tomada igualmente em relação aos proprietários comuns de terras, que, em termos gerais, nem se lembram ou pouco se importam com isso, mas também foram ou são responsáveis — pela destruição da fonte natural de alimentos dos animais.

Nem difícil, nem oneroso seria esse trabalho. Necessário se faria dar-lhe o primeiro impulso, procurando criar uma mentalidade popular nesse sentido: incentivar o cultivo dessa idéia. Muitos a podem achar ridícula, uns não a entenderão, outros serão contra o seu objetivo ou indiferentes. Mas, acredito, um respeitável percentual ainda ama e cultiva a natureza e com ela se preocupa.

Creio, conviria a esses órgãos estaduais e federais, tomar a iniciativa, através do cultivo ou procura de sementes e mudas das plantas mais adequadas e para distribuição posterior aos interessados ou indicados.

Assim, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), juntos aos talões ou notificações do imposto territorial, exemplificativamente, poderiam ser anexadas instruções ou folhetos educativos, versando sobre o assunto, não desprezada qualquer outra forma de publicidade ou

propaganda através da imprensa.

Igualmente não se pode deixar de lado o exercício da fiscalização, sobretudo em torno das referidas companhias de reflorestamento, limitadas única e exclusivamente ao lucro.

Quanto aos locais e plantas a serem cultivadas, não caberia a mim determinar. Para tanto, a palavra aos órgãos governamentais abalizados.

Requer, outrossim, do inteiro teor do presente requerimento seja dado conhecimento ao Dr. PAULO CARNEIRO RIBEIRO, Secretário de Estado da Agricultura, ao Dr. HUMBERTO JOSÉ JUSI, Delegado Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e ao Dr. HAROLDO JOSÉ MOLLETA, Coordenador do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1977.

(a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão de 5 (cinco) Senhores Deputados, para representarem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no Seminário de Política Urbana, a ser instalado no dia 11 do corrente mês, na cidade de Maringá, promovido pela Associação dos Engenheiros de Maringá, Universidade Estadual e Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1977.

(a) RENATO BERNARDI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., no sentido de que aquele estabelecimento bancário instale com urgência, agências do Banco do Brasil, nas sedes dos municípios de BARBOSA FERRAZ e SÃO JOÃO DO IVAÍ.

Tal apelo se faz, tendo em vista que aqueles dois municípios paranaenses vêm apresentando um dos maiores desenvolvimentos, quer no campo social, quer no campo econômico, dentro de nosso Estado, necessitando com isso maiores atenções e atendimento por parte dos órgãos públicos competentes.

A instalação das agências pleiteadas, são uma justa reivindicação da classe econômica daqueles municípios, com a qual nos solidarizamos.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1977.

(a) GILBERTO CARVALHO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). A Presidência tem a satisfação de registrar a presença do Sr. Deputado Federal Pedro Lauro, da bancada do MDB, na Câmara Federal.

Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio.

O SR. ERNESTO DAL'OGLIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu não gostaria de trazer a esta tribuna problemas de minha região, pois tenho me preocupado com as soluções essenciais aos lavradores do Paraná que necessitam de tantas coisas e que lutam contra as adversidades para alcançar os seus propósitos.

Hoje, no entanto, eu não posso mais silenciar diante da situação do município de Medianeira, onde as distorções de princípios e de filosofia levam a administração municipal a se perpetuar no comando municipal, numa lamentável situação que o povo do município já não consegue aceitar.

Um grupo de homens comanda a cidade; um grupo de homens, na última década, toma todas as decisões, enfeixa todas

as lideranças, não aceita interferências e dirige com mão de ferro o município.

E o que faz este grupo de homens liderado pelo Prefeito perpétuo de Medianeira, Luís Bonatto?

Dirige o município com austeridade, com eficiência, com inteligência, dando a Medianeira um sentido de progresso?

Todos sabem que não.

O próprio Tribunal de Contas do Estado acaba de julgar as contas do município dando parecer contrário à sua aprovação.

O Prefeito de Medianeira, assim, terá que usar a sua influência na Câmara Municipal — influência política — para conseguir a aprovação destas contas e a Câmara do Município então estará também conivente com todas as irregularidades.

É este Prefeito que representa em Medianeira, na área de segurança nacional, o Governo do Estado e o próprio Governo Federal.

Omisso, ausente do município, mesmo assim ele é prestigiado e com suas contas irregulares, ele continua à frente de Medianeira, como se fosse um desafio aos princípios que levaram o País às ruas no dia 31 de março de 1964, quando se lutou exatamente contra homens como Luís Bonatto que sonham com o poder eterno e que na administração da coisa pública agem como se fossem donos do município.” — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos vindo a esta tribuna, por diversas vezes, para reivindicar melhorias em nossas estradas do município de Palmeira. Estradas que pertencem ao nosso Estado.

Hoje, nós trazemos uma solicitação ao Sr. Secretário de Transportes para que ele providencie a recuperação da estrada Palmeira-São João do Triunfo, que está praticamente intransitável.

Nós dirigimos o apelo ao Sr. Secretário de Transportes, através desta Casa, e o fazemos nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, para que tomando conhecimento das péssimas condições da estrada Palmeira-São João do Triunfo, determine urgentes providências para sua recuperação.

Cumpramos ressaltar que tal é a situação da referida rodovia, que o tráfego está sendo desviado por estradas destinadas a veículos de tração animal, quando não pela BR-277, via Irati, com grande sacrifício e prejuízo aos seus usuários.

Sala das Sessões, em 05 de abril de 1977.”

Ocorre que, quem necessita transitar por essa estrada, já não pode mais fazê-lo utilizando seu leito normal para tráfego de veículos a motor e, sim, utilizar-se de estradas paralelas para veículos de tração animal, como, também, tem sido feito o tráfego através da BR-277 — Via Irati — com grande diferença de percurso, com prejuízos enormes para os usuários. Nós, tantas vezes, temos reclamado isto ao Governo do Estado, ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Transportes; o nosso apelo tem sido em vão.

Hoje, nós voltamos aqui. É este o requerimento com relação à minha região, que tinha a apresentar a esta Casa, para ser encaminhado ao Sr. Secretário de Transportes.

Mas, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, outro assunto eu queria, também ventilar aqui, para desincargo de minha consciência. É que, nesses 13 anos de vida, praticamente anormal, que vive a Nação, eu, por um momento, quero confessar até, que cometi contra minha consciência cívica uma grande traição: — foi de acreditar, repito, por um momento, nos bons propósitos daqueles que tinham a responsabilidade de reconduzir

o nosso País aos verdadeiros caminhos da democracia.

E, hoje, eu vejo com tristeza e com desalento até, que parece que tivemos um grande retrocesso na vida democrática desta Nação.

E o pior de tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que os representantes do povo que deveriam tomar uma posição, uma posição cívica na defesa da sua dignidade, na defesa da dignidade de seus mandatos, não o fizeram.

Foram tantas vezes humilhados, levados até, fora de sua Casa onde se debatem os mais altos interesses da nacionalidade, de uma forma humilhante e, hoje, voltam como réprobos, depois de esbofeteados, vêm, ainda, beijar as mãos do vilipendiador.

Nós, do MDB, não nos curvamos; não temos o peito na parede; realizamos aquela luta do Anteu; se cair no chão sem forças, com mais forças do chão se erguerá. E, nós, vamos fazer isto. Vamos continuar defendendo a nossa posição com intransigência, com dignidade, com honra.

Aqueles que quiserem nos acompanhar, o caminho está aberto.

Não vamos jogar pedras no passado; não vamos fazer como os outros que arrancam pedras, cavam fundos buracos, para enterrar seus ideais. Nós, não; nós vamos juntar todas as pedras e ajudar a construir a democracia desta Nação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, eminentes Deputados.

(Lendo): “Mais uma vez, e serão tantas quantas exigidas, ocupo esta tribuna para dar a conhecer aos eminentes representantes do povo paranaense, fato que eu cogitei nunca e de há tempo ainda acontecesse neste Estado.

Sucedem, pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nada menos que cento e cinquenta e uma famílias, que totalizam mais de mil pessoas estão vivendo um clima de ameaça, de insegurança, de intranquilidade, de incertezas e de medo. Como não poderia deixar de ser, trata-se de gente simples, humilde, mas verdadeiros heróis anônimos, pois são responsáveis pelo decantado progresso do Paraná e da Nação.

Refiro-me, Srs. Deputados, às famílias lavoureiras do município pujante de Terra Rica, as quais, depois de mais de cinco anos de intensa, sacrificada e pertinaz labuta na terra, vêem-se subitamente, quase traiçoeiramente ameaçadas de simples mas desumana expulsão das fronteiras da gleba denominada Fazenda Curitiba, encravada lá no Noroeste do Estado. A lei é clara. Mas para se chegar à sua luz, é preciso muito caminhar. E, os homens de Terra Rica, as famílias que se encontram às margens do despejo e do despojo, estão cansadas para, após abrirem a machado e foice os caminhos que os levaram às possibilidades da auto-sustentação, enveredarem agora pela trilha, para eles confusa e desconhecida, da justiça com todos os seus meandros, labirintos e segredos.

São essas cento e cinquenta e uma famílias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vítimas de ardilosa trama, arquitetada, não só é o termo, mas engendrada por mentes insanas e maquiavélicas, que se valendo de posses e meios persistem junto às Varas Forenses, no afã cruel e diabólico de desprovê-las dos meios de subsistência, que é o cultivo da terra.

Por isso, recorrem a quem por elas possa falar, possa interceder, e é o que eu estou procurando fazer, Srs. Deputados, e para o que peço o incentivo, o aval e o apoio dos meus ilustres companheiros nesta Casa, pois é através dela que as cento e cinquenta e uma famílias que derrubaram as matas da Fazenda Curitiba, que lá ergueram os seus casebres, que lá abriram poços e que lá plantaram, poderão chegar à presença de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para sensibilizá-lo, para pedir dele providências imediatas, no sentido da restauração e do

reconhecimento dos seus direitos junto às suas posses, aos seus pertences e às suas próprias vidas, pois até elas correm perigo.

Para melhor análise da questão, enunciarei alguns detalhes e fatos que a originaram. Já em favereiro nós fomos procurados por diversos lavradores, todos pequenos contratantes de áreas de terras da Fazenda Curitiba.

Eram cinco homens, que para representar 151 famílias ameaçadas de despejo, deslocaram-se do município de Terra Rica para esta Capital, procurando guarida junto a esta Casa, junto a este parlamentar.

Exibindo contratos de arrendamento, firmados pelo ex-proprietário, Sr. Romário Fernandes da Silva, denunciaram que os novos compradores da gleba, em número de 17, de súbito, com exceção do Meritíssimo Juiz da comarca de Terra Rica, também agora proprietário de um dos 17 lotes nos quais foi subdivididas a fazenda ESTÃO PROMOVENDO A INVASÃO DE LARES. JAGUNÇOS ARMADOS, ESPANCANDO, AMEAÇANDO, TIRANIZANDO A MANDO PAGO, INDEFESOS LAVRADORES.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Procurei citar o ilustre Diretor do Forum da comarca de Terra Rica como exceção, aliás, digna e louvável exceção, pela sua atitude correta e ativa de, ao tornar-se proprietário de uma das subdivisões, manteve a família que lá estava, mediante contrato, reconhecendo por esta forma, os direitos da mesma, quando não, sua condição de pessoa, a condição humana.

É de se inquirir agora, o porquê de não semelhante procedimento por parte dos demais proprietários que, abruptamente, valem-se da animalesca violência contra os que naquelas terras trabalham e vivem.

E não reconhecendo os direitos contratuais das famílias que lá se radicaram desde 1971 procedendo a colonização dos 600 alqueires da Fazenda Curitiba, os novos proprietários ignoram talvez que a transação efetuada quando da compra de ROMÁRIO FERNANDES DA SILVA É ILEGAL e passiva de invalidamento, vez que o vendedor é desquitado e o processamento de escrituração dos compromissos de compra e venda não recebeu a anuência da ex-cônjuge.

Diante de tal quadro, desnorteados e confusos, intimidados e inseguros, os moradores da Fazenda Curitiba, são unânimes ainda, Sr. Presidente, em depositar voto de confiança nas autoridades governamentais.

Tem portanto, e não haveria outro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Governador do Estado, o voto de confiança, desses humildes trabalhadores rurais, de Terra Rica.

Também a nossa convicção de que o mesmo atenda com urgência urgentíssima, os clamores daquela gente que pede justiça, e sobretudo segurança, cabendo aqui um alerta, caso perca o clima de tensão, Sr. Presidente, pois a delonga no equacionamento do problema deverá efetivamente originar, conforme declaração da Comissão que aqui veio representar as 151 famílias. Lamentavelmente, se perdurar este clima de tensão e a delonga no equacionamento do problema, eles declararam que haverá uma tomada de posição por parte dos lavradores que poderão ir até consequências imprevisíveis, com o objetivo de resguardar a integridade física, moral e o direito de viver com dignidade.

Por isso, Sr. Presidente, pede-se a imediata intervenção da Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, com a mobilização de Comissão de Sindicância para promover de fato, a desapropriação daquela área, com o objetivo de outorgar escrituras definitivas para os que realmente a colonizaram e que regaram com o suor do rosto, os cafezais e as plantações que ali vicejam; são mãos calejadas que se estendem pedindo o amparo governamental. São homens do trabalho, Sr. Presidente, merecem o respeito e a veneração nossa e dos governos todos.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho hoje à apreciação da Casa, o documento em que proponho o que se

reivindicou, ao qual estou anexando diversas cópias de contratos formados, entre supostos proprietários e colonos. Inclui um sério relato oferecido pelo atento e dinâmico Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Terra Rica".

Aqui está o requerimento que propomos hoje, à consideração da Casa, e que passo a ler: (Lendo):

"Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário de Justiça e Fundação Instituto de Geografia e Cartografia do Estado, reivindicando imediatas providências no sentido de promover a desapropriação da área de 600 alqueires que formam a Fazenda Curitiba, no município de Terra Rica e a consequente escrituração final, em nome de seus legítimos colonizadores.

Requer, outrossim, da Secretaria de Justiça, a formação de sindicância para efetivo levantamento da situação e a presença imediata de policiamento para garantir a integridade física das 151 famílias da gleba citada.

O requerente enfatiza o caráter de urgência urgentíssima no atendimento às medidas pleiteadas.

Sala das Sessões, em 06 de abril de 1977".

É por isso, Sr. Presidente, que se esta Casa acolher a matéria que propomos, eu reivindico do Deputado Ivo Thomazoni, que preside este Poder, um entendimento imediato com as autoridades citadas.

Porque o problema é realmente de gravidade, Sr. Presidente. Ao receber em nosso gabinete, esta Comissão de lavradores, representando 151 famílias, nós pedimos a eles que dessem um voto de confiança a esta Casa, principalmente, e depois ao Poder Executivo. E estarecidos sentimos a revolta daqueles homens, Sr. Presidente, e ouvimos as declarações deles de que ainda não responderam com as mesmas armas às ameaças, às agressões. Mas que irão responder, Sr. Presidente, se não houver uma solução, efetiva e com urgência. Por isso, Sr. Presidente, o nosso apelo no sentido de que V. Exa. ultrapasse a burocracia normal da tramitação de documentos aqui nesta Casa, e proponho ciência imediata às autoridades aqui citadas.

Tenho em mão, Sr. Presidente, alguns contratos. Um deles foi efetuado em 15 de novembro de 1975, entre o suposto proprietário, Sr. Romário Fernandes da Silva, assinado por seu filho, Romário Fernandes da Silva Júnior, contratando o lavrador Antônio Gaudêncio; contrato do lavrador Manoel Francisco da Silva Braga, já é um desdobramento comercial do contrato, datado do dia 8 de novembro do ano passado; outro contrato efetuado pelo lavrador Aristides Lopes de Oliveira, efetuado pelo Sr. Romário Fernandes Silva, datado em 11 de outubro de 1972; outro desdobramento, já matéria na Justiça, datado de 9 de novembro de 1976, do Sr. José Joaquim de Souza; outro processo formalizado pela ex-esposa do Sr. Romário Fernandes da Silva, que deverá, Sr. Presidente, declarar nulas todas as vendas efetuadas. Vendas que já não são mais 17 compradores, mas, uma série deles já venderam mais de uma vez, as suas posses, ocasionando um problema que, realmente, passa a se tornar indestrinçável, um emaranhado que vai aos tribunais, mas que não resolve o problema social, a injustiça, a imoralidade que está a se cometer com mais de mil pessoas, senhoras, crianças e trabalhadores.

Um relatório pormenorizado, efetuado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Rica, é muito extenso, e não haveria tempo suficiente para dar conhecimento do seu teor por inteiro aos eminentes Deputados. Mas aqui está o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Terra Rica a relatar não com amplitude o problema que acabamos de denunciar, mas o início dessa situação toda. Esse relatório foi efetuado no dia 5 de agosto de 1976. Após essa época, é que a situação recrudescceu, a tragédia se ampliou e já atinge as proporções que aqui denunciávamos.

Aqui está o relatório já nominando o chefe de cada família:

1 — Lindolfo Gonçalves de Almeida; número de dependentes: 3; alqueires: 2; covas cafeeiras: nenhuma; lavoura branca nos 2 alqueires;

2 — Isolde de Souza Rocha: 8 dependentes; alqueires: 2; covas de café: 2 mil; o restante lavoura branca;

3 — Manoel Nascimento dos Santos: dependentes: 7; alqueires: 4; covas de café: 10 mil — ele derrubou a mata, plantou e está formando 10 mil pés de café, e agora está na iminência de ser expulso, na base da bala, da violência, da agressão, do desrespeito, e assim por diante, totalizando quase 200 mil covas de café, e o restante, em lavoura branca, das mais diversas.

O nome dos proprietários, a quantidade de dependentes e a área cultivada, estão contidos no relatório.

Finalizo, reafirmando nosso desejo, ou melhor, nosso entendimento, de que os caminhos da justiça são realmente amplos e marcados por delongas, e nem sempre realmente se efetiva a justiça.

É por isso que compreendemos que apenas o Poder Executivo ao propor, como já tem feito, a desapropriação dessa área, haverá de resguardar, de forma integral, a justiça, o respeito e a decência com as 151 famílias que estão colonizando a área de 610 alqueires da fazenda Curitiba, no município de Terra Rica.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 151/76, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o "Clube da Amizade", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., visando a instalação de agências do referido estabelecimento de crédito, nas sedes dos municípios de Barbosa Ferraz e São João do Ivaí. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão, composta de cinco Srs. Deputados, para representar esta Casa, no Seminário de Política Urbana, que será realizado no dia 11 do corrente, na cidade de Maringá, promovido pela Associação dos Engenheiros de Maringá, Universidade Estadual e Prefeitura Municipal. — **APROVADO.**

A Presidência designa os Srs. Deputados Renato Bernardi, Jorge Sato, Antônio Facci, Luiz Gabriel Sampaio e Valter Pietrângelo para comporem a referida Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos órgãos estaduais e federais competentes, controladores da aplicação de defensivos agrícolas, para maior fiscalização quanto ao uso de inseticidas nas lavouras do Estado. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, lido da tribuna, solicitando seja enviado expediente, ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de, que determine providências para a recuperação da estrada Palmeira — São João do Triunfo. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Mace-

do constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos promotores do Congresso de Radiodifusão do Paraná, simultaneamente, à "Exposição de Comunicações" a realizar-se em Londrina, de 5 a 8 de maio, solicita ainda, seja designada uma Comissão de Srs. Deputados para representar esta Casa naquele congresso. — **APROVADO.**

Esta Presidência comunica que a designação dos Srs. Deputados para representar esta Assembléia no referido Congresso, será providenciada a partir de segunda-feira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Justiça e a Fundação Instituto Geografia e Cartografia do Estado, reivindicando providências no sentido de promover a desapropriação da área de 600 alqueires que formam a Fazenda Curitiba, no município de Terra Rica e a conseqüente escrituração final em nome de seus legítimos colonizadores, bem como, a formação de sindicância para efetivo levantamento da situação e a presença de policiamento para garantir a integridade física de 151 famílias da gleba. — Em discussão.

Esta Presidência não deseja discutir a matéria, todavia solicita do Sr. Valter Pietrângelo, inicialmente, uma informação para, posteriormente, sugerir: S. Exa. tem conhecimento de que o Poder Judiciário, através de sentença, determinou o despejo dos posseiros da referida área? S. Exa. tem conhecimento de que o Poder Judiciário requereu força policial para dar cumprimento à referida sentença?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Presidência pergunta ao eminente Deputado se autorizaria a Presidência a acrescentar no envio do expediente, comunicação e apelo ao Presidente da Fundação e Instituto de Terras e Cartografia do Estado para que enseje informação acerca da situação do imóvel.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Se solicitei que o expediente fosse enviado ao Sr. Governador do Estado, foi porque entendi que sendo S. Exa. a autoridade máxima escolheria o caminho mais viável.

Concordo com a solicitação de V. Exa. e fico até muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Presidência entende que algumas medidas estão no elenco de competência do Poder Judiciário em delegá-las.

Todavia, não se nega em receber o requerimento e o encaminhará com a urgência requerida por V. Exa. e com a emenda sugerida no sentido de que se encaminhe ofício ao Sr. Presidente da Fundação e Instituto de Terras e Cartografia do Estado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Procurei, Sr. Presidente, sugerir a sindicância da Comissão de Constituição de Justiça e do Instituto para que, realmente, se possa fazer um levantamento mais amplo e criterioso para que as soluções sejam neste sentido.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela ordem). — Sr. Presidente, não pedi a palavra para discutir dada a urgência solicitada pelo Deputado Valter Pietrângelo.

Consulto a Mesa da possibilidade de antes da votação deste requerimento, se realizar uma consulta ao Instituto de Terras e Cartografia, para depois nós votarmos este requerimento. Se não houver possibilidade, peço para discutí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deseja inicialmente encerrar para evitar protelação à votação.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, a Presidência, nos termos do Artigo 150 do Regimento Interno, adia para a sessão da próxima segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para uma Questão de Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, é evidente que temos que obedecer à forma regimental e atender a solicitação do Sr. Deputado Lázaro Dumont, mas não sei de que forma poderia...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Se o Deputado abrir mão da solicitação para discutir, a Presidência colocará em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, mesmo que o eminente Deputado não abra mão da discussão do requerimento, apelaria a V. Exa. no sentido de denunciar o problema da ausência de segurança no município de Terra Rica, já que me expressei claramente de que os lavradores, no meu gabinete, estão sobressaltados e dispostos a responderem às agressões com as mesmas armas. Então apelaria a V. Exa. no sentido de que se formos aguardar todo este tempo para discutirmos, que pelo menos a Secretaria de Segurança do Estado desloque uma força àquela área para realmente proteger a integridade física daquelas 151 famílias.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, entendendo a preocupação de V. Exa. poderá adotar uma providência. Solicita da assessoria que extraia um xerox do requerimento e da justificativa de V. Exa. e que, hoje ainda, faça chegar às mãos do titular da Pasta de Segurança Pública do Estado do Paraná, independente de qualquer pronunciamento deste Plenário que haverá de se pronunciar na próxima segunda-feira.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O aspecto legal, os caminhos efetivos, depois os buscaremos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Perfeitamente.

A Presidência alerta os Srs. Deputados que para a discussão e votação do Projeto de Lei número 139/75 anunciada para a sessão de segunda-feira, haverá necessidade de quorum privilegiado, pois trata-se de emenda à lei complementar. E solicita dos Srs. Deputados a observância deste termo regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o próximo dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 151/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 8/77, 10/77 e 139/75.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Augusto Carneiro. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, ocasião em que o deputado Werner Wanderer apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI número 41/76, de autoria do deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês", com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI número 120/76, de autoria do deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a entidade denominada "Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil", com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI número 158/76, de autoria do deputado Paulo Camargo, que dá nova redação ao artigo 01 da Lei número 6258, de 23/12/71, declara de utilidade pública a "Associação das Senhoras Rotarianas da Cidade de Umuarama", com sede na cidade do mesmo

nome. PROJETO DE RESOLUÇÃO número 269/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 390/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Araucária, visando a execução do artigo 37, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, naquele município. PROJETO DE RESOLUÇÃO número 362/76, de autoria da CCJ., ex-Proposição número 445/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o município de Terra Roxa, objetivando a execução de obras de controle à erosão no referido município. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotó Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 15 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

Lélío G. Sotó Maior — Secretário

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e sete, às dez horas, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Facci e contando com as presenças dos senhores Deputados Fuad Nacli, Basílio Zanusso, Hélio Manfrinato e Otássio Pereira, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. A seguir, foi dado início a Hora do Expediente. Constataram da mesma os seguintes processos já ultimados para relatório e que pelo senhor deputado Presidente foram assim distribuídos. Proposições números 35/77 prestação de contas do Deputado Francisco Escorsin, 23/77 prestação de contas do Dep. Egon Pudell, 24/77 prestação de contas do Dep. Valter Pietrângelo, 25/77 prestação de contas do Dep. Antônio Facci, 41/77 prestação de contas do Dep. Nelson Buffara, 33/77 prestação de contas do Dep. Jayme R. de Carvalho, 51/77 prestação de contas do Dep. Ernesto Gnoato, 39/77 prestação de contas do Dep. João Cioni Neto, 37/77 prestação de contas do Dep. Ivan Santos Rüppel, 38/77 prestação de contas do Dep. Dácio Leonel, 34/77 prestação de contas do Dep. Ivo Thomazoni, 32/77 prestação de contas do Dep. Luiz Alberto de Oliveira, 36/77 prestação de contas do Dep. Alfredo Gulín, ao Deputado FUAD NACLI. Proposições números 31/77 prestação de contas do Dep. Luiz Carlos Zuk, 42/77 prestação de contas do Dep. Otássio Pereira, 43/77 prestação de contas do Dep. Benedito Lúcio Machado, 17/77 prestação de contas do Dep. Werner Wanderer, 48/77 prestação de contas do Dep. Fabiano Braga Cortes, 106/77 prestação de contas do Dep. Leopoldo Jacomel, 107/77 prestação de contas do Dep. Edilson Alencar, 50/77 prestação de contas do Dep. Adalberto Daros, 45/77 prestação de contas do Dep. Gilberto Carvalho, 44/77 prestação de contas do Dep. Accioly Neto, 105/77 prestação de contas do Dep. Jorge Sato, 46/77 prestação de contas do Dep. Ezequias Losso, 47/77 prestação de contas do Dep. Domício Scaramella, ao Deputado HÉLIO MANFRINATO. Proposição número 6/77 prestação de contas do Dep. Luiz Gabriel, 18/77 prestação de contas do Dep. Aguiinaldo Pereira Lima, 11/77 prestação de contas do Dep. Luiz Roberto Soares, 9/77 prestação de contas do Dep. Osvaldo Evangelista Macedo, 7/77 prestação de contas do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, 22/77 prestação de contas do Dep. Deni Lineu Schwartz, 40/77 prestação de contas do Dep. Aragão de Mattos Leão, 3/77 prestação de contas do Dep. Lázaro Dumont, 4/77 prestação de contas do Dep. José Antônio Del Ciel, 21/77 prestação de contas do Dep. Fuad Nacli, 19/77 prestação de contas do Dep. Nilson Sguarezi, 8/77 prestação de contas do Dep. Waldenício Barbalho ao Deputado BASÍLIO ZANUSSO. Proposições números 20/77 prestação de contas do Dep. Basílio Zanusso, 108/77 prestação de contas do Dep. Ernesto Dal'Oglio, 13/77 prestação de contas do Dep. Trajano Bastos, 15/77 prestação de contas do Dep. Lineu Turra, 27/77 prestação de contas do Dep. Hélio Manfrinato, 28/77 prestação de contas do Dep. Gabriel Manoel, 26/77 prestação de contas do Dep. Rosário Pitelli,

29/77 prestação de contas do Dep. Enéas Faria, 16/77 prestação de contas do Dep. Jurandir Messias, 14/77 prestação de contas do Dep. José D. Scarpelini, 12/77 prestação de contas do Dep. Maurício Fruet, 10/77 prestação de contas do Dep. Wilson Fortes, ao Deputado ANTÔNIO FACCI, todas relativo ao exercício de 1976. A seguir passou-se a Ordem do Dia. Como nada dela constasse, e como nenhum Senhor Deputado membro da Comissão manifestasse desejo de usar da palavra, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual lavrei a presente Ata, que foi por mim datilografada, indo por todos os presentes assinada, para que produza os efeitos da lei.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1977.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Vice-Presidente
José Tavares do Canto Filho — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete (17) dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e sete (1977), na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado João Calil Fadel, e contando com a presença dos Senhores Deputados Edilson Alencar, José Antônio Del'Ciel, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio e Aguinaldo Pereira Lima. Contando com número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI número 12/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 52/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator Senhor Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável. Aprovado. Os Senhores Deputados Edilson Alencar e José Antônio Del Ciel, votaram com restrições. PROJETO DE LEI número 60/75, de autoria do Senhor Deputado Lineu Mansani Turra, que inclui no Plano de Obras do Estado para execução em caráter prioritário, a construção de um prédio de alvenaria com nove salas de aulas, no Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", da Cidade de Palmeira. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1977.

(aa) JOÃO CALIL FADEL — Presidente
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, compareceu o Senhor Deputado João Calil Fadel, Presidente da Comissão de Finanças, para presidir os trabalhos da referida Comissão. Como não houvesse número legal, para a realização da mesma, o Senhor Presidente determinou que se lavrasse o presente Termo de Ata, que depois de lido e achado conforme, será assinado pelo Senhor Presidente João Calil Fadel e por mim Secretária, Teresinha B. de Moura e Claro, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1977.

(aa) JOÃO CALIL FADEL — Presidente
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e hum dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e sete, na Sala da Comissão, às 10,00 horas, onde deveria

reunir-se a referida comissão de acordo com a convocação feita em 29 de março de mil novecentos e setenta e sete, em conformidade com o artigo 43, letra "A" do Regimento Interno, e como só constasse a presença do Senhor Deputado Antônio Facci, Vice-Presidente desta Comissão foi a mesma transferida pelo Senhor Deputado presente para o dia 12 de abril de 1977 às 10,00 horas. Para constar eu, José Tavares Canto Filho, Secretário, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelo Senhor Deputado Vice-Presidente.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1977.

(aa) ANTÔNIO FACCI — Vice-Presidente
José Tavares Canto Filho — Secretário

8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA À INVESTIGAÇÃO À SITUAÇÃO DO MENOR

Às quatorze horas do dia três de dezembro de um mil novecentos e setenta e cinco, reúne-se a Comissão Especial destinada a Investigar a Situação do Menor. Registra-se a presença dos seguintes senhores deputados: Ezequias Losso, Luiz Gabriel Sampaio e Fidelcino Tolentino. Em face da existência de número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, solicitando à secretária que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem observações. O Senhor Presidente, inicialmente, tece considerações em torno de visita que acaba de fazer a Brasília, relativamente ao contato que manteve naquela Capital com os integrantes de comissão similar a esta, na Câmara dos Deputados, onde obteve farto material que possivelmente servirá de subsídio para os trabalhos da presente comissão. O Deputado Gabriel Sampaio, com a palavra, sugere a distribuição do material sobredito aos diversos membros, para que procedam a uma análise mais profunda e a consequente exposição dos assuntos em próxima reunião, com o objetivo de selecionar o que for exequível. Nestas condições o Senhor Presidente distribui exemplares contendo os depoimentos dos senhores Doutor Divaldo Pereira Franco, Presidente da Mansão do Caminho, da cidade de Salvador e Doutor Afro do Amaral Fontoura, professor e sociólogo, respectivamente aos senhores Fidelcino Tolentino e Luiz Gabriel Sampaio. Ficou determinado ainda, que serão enviados questionários a todos os Prefeitos dos vários municípios do Paraná, no modelo do que foi elaborado na CPI do menor no âmbito federal, após a adaptação do mesmo para o plano estadual, que o Deputado Gabriel Sampaio se compromete a efetuar. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino sugere que sejam enviados também questionários aos senhores Presidentes de Câmaras de Vereadores de todos os municípios parranaenses, ou quiçá que seja feita subliminamente sugestão aos mesmos, encarecendo a necessidade da criação de uma comissão do menor, de âmbito municipal, com o objetivo de apurar nas amostragens das várias comunidades, um resultado mais real da problemática do menor e sua avaliação em todo o contexto estadual. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerra a presente reunião, marcando outra para a próxima terça-feira, dia nove, às 17,00 horas. Para constar, eu Myrthes Magda Gomes, lavro a presente ata que será pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1975.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
Myrthes Magda Gomes — Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO MENOR

8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

Às dezessete horas do dia 30 de março de um mil novecentos e setenta e seis, o Senhor Presidente da Comissão destinada a Investigar a Situação do Menor deixa de abrir os trabalhos da Comissão face à inexistência de "quorum" para tal fim, transferindo a reunião para o dia de abril vindouro. Para constar, lavro a presente ata, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinada.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente
Myrthes Magda Gomes — Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO MENOR

8ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

Às dezessete horas do dia 01 de abril de hum mil novecentos e setenta e seis o Senhor Presidente da Comissão Especial destinada a investigar a situação do Menor deixa de abrir os trabalhos da Comissão em virtude da inexistência de "quorum", designando nova reunião para o dia 06 de abril vindouro, após a sessão plenária. Para constar, lavro o presente termo, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinada.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente
MYRTHES MAGDA GOMES – Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO MENOR

8ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

Às dezessete horas do dia seis de abril de hum mil novecentos e setenta e seis, o Senhor Presidente da Comissão Especial destinada a Investigar a Situação do Menor deixa de abrir os trabalhos da Comissão em virtude da inexistência de número legal, ficando a mesma transferida "sine die". Para constar, lavro o presente termo que será pelo Senhor Presidente e por mim assinada.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente
MYRTHES MAGDA GOMES – Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO MENOR

8ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

Às dezessete horas do dia treze de maio de um mil novecentos e setenta e seis, o Senhor Presidente da Comissão Especial destinada a Investigar a Situação do Menor deixa de abrir os trabalhos da reunião em virtude da inexistência de "quorum", ficando a mesma transferida sine die". Para constar lavro o presente termo, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinado.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente
MYRTHES MAGDA GOMES – Secretária

**8ª SESSÃO LEGISLATIVA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO MENOR**

Às dezessete horas do dia dezenove de maio de um mil novecentos e setenta e seis, na Sala de Reuniões, o Senhor Deputado Ezequias Losso, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, comunica

que deixará de abrir os trabalhos da presente reunião em virtude da inexistência de "quorum". Comunica também ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que serão tomadas as providências com relação à sugestão de sua autoria, no sentido de ser oficiado ao Senhor Diretor do IAM. Para que sejam remetidas cópias do inteiro teor dos depoimentos prestados pelos Senhores Prefeitos de Londrina e Maringá, sobre a situação do menor, naqueles municípios. Em seguida, diz que a presente reunião ficará transferida "sine die". Para constar, lavrei a presente ata que após aprovada será pelo Senhor Presidente e por mim assinada, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 19 de maio de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente
Myrthes Magda Gomes – Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO MENOR

8ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

Às dezessete e trinta horas do dia nove de agosto de um mil novecentos e setenta e seis, o Senhor Presidente da Comissão Especial destinada a Investigar a Situação do Menor deixa de abrir os trabalhos da reunião em virtude da falta de "quorum", ficando a mesma transferida "sine die". Para constar, lavro o presente termo, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinada.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1976.

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente
Myrthes Magda Gomes – Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A INVESTIGAR A SITUAÇÃO DO MENOR

8ª LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

Às dezessete horas e trinta minutos, do dia dez de março de um mil novecentos e setenta e sete, na Sala das Comissões, registra-se a presença dos seguintes senhores deputados membros da Comissão Especial destinada a Investigar a Situação do Menor: Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino e Luiz Alberto de Oliveira. O Senhor Presidente comunica que, em virtude de ter sido designada para este mesmo horário reunião da Comissão de Constituição e Justiça, da qual fazem parte os mesmos senhores deputados aqui presentes, deixa de abrir os trabalhos da reunião, transferindo a mesma para a próxima terça-feira, dia quinze, após a sessão plenária. Para constar, lavro o presente termo, que será pelo Senhor Presidente e por mim assinada.

Sala das Comissões, em 10 de março de 1977.

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente
Myrthes Magda Gomes – Secretária

BALANCETES:

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE JANEIRO DE 1977

ATIVO			
DISPONÍVEL			
Tesouraria		1.691.736,41	1.691.736,41
EXECUÇÃO DA DESPESA			
Venc. e Vantagens Fixas		3.274.742,10	
Despesas Variáveis com o Pessoal Civil		1.584.068,16	
Material de Consumo		107.020,00	
Serviços de Terceiros		815.540,00	
Encargos Diversos		80.496,00	
Despesas de Exercícios Anteriores		7.156,00	
Subvenções Sociais		114.163,00	
Inativos		343.207,26	
Pensionistas		174.052,53	
Salário Família		45.207,48	
Contribuição da Previdência Social		60.583,04	
Equipamentos e Instalações		8.128,60	6.614.364,17
Material Permanente			
Auxílio para Obras Públicas			
CONTAS PENDENTES			
Despesas Deferidas			
SOMA = ATIVO			8.306.100,58
PASSIVO			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS			
PESSOAL			
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.311.000,00		
Despesas Variáveis com o Pessoal Civil	1.680.000,00		
Inativos	382.000,00		
Pensionistas	180.000,00		
Salário Família	107.000,00		
Contribuição da Previdência Social	60.000,00	5.720.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo	200.000,00		
Serviços de Terceiros	952.000,00		
Encargos Diversos	75.000,00		
Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00		
Subvenções Sociais	125.000,00	1.402.000,00	
CAPITAL			
Equipamentos e Instalações			
Material Permanente			
Auxílio para Obras Públicas			7.122.000,00
CREDORES			
Despesas Empenhadas	390.184,80		
Despesas Processadas	37.465,15		
Folhas de Pagamento	21.442,18		
Consignações	8.423,29	457.515,42	
RESTOS A PAGAR			
Empenhados	622.752,17		
Processados – Credores	69.212,14		
Processados – Folhas de Pagamento	11.447,17	703.411,48	
CONTAS PENDENTES			
Outras Contas Pendentes	23.173,68	23.173,68	1.184.100,58
SOMA = PASSIVO			8.306.100,58

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 02 de fevereiro de 1977.

CONTADOR GERAL

CHEFE DIVISÃO DE CONTABILIDADE

CHEFE SEÇÃO CONTABILIDADE

**DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1977**

ATIVO			
DISPONÍVEL			
Tesouraria		3.432.166,50	3.432.166,50
EXECUÇÃO DA DESPESA			
Venc. e Vantagens Fixas		6.565.437,25	
Despesas Variáveis com o Pessoal Civil		3.588.186,31	
Material de Consumo		247.305,64	
Serviços de Terceiros		1.829.964,46	
Encargos Diversos		62.346,72	
Despesas de Exercícios Anteriores		8.246,00	
Subvenções Sociais		108.925,73	
Inativos		704.761,36	
Pensionistas		345.966,66	
Salário Família		89.240,96	
Contribuição da Previdência Social		120.458,69	
Equipamentos e Instalações		- 0 -	
Material Permanente		19.086,60	
Auxílio para Obras Públicas *		- 0 -	13.689.926,38
CONTAS PENDENTES			
Despesas Deferidas			
SOMA = ATIVO			17.122.092,88
PASSIVO			
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS PESSOAL			
Vencimentos e Vantagens Fixas	6.840.000,00		
Despesas Variáveis com o Pessoal Civil	3.480.000,00		
Inativos	708.000,00		
Pensionistas	360.000,00		
Salário Família	162.000,00		
Contribuição da Previdência Social	190.000,00	11.740.000,00	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO			
Material de Consumo	498.000,00		
Serviços de Terceiros	1.852.000,00		
Encargos Diversos	175.000,00		
Despesas de Exercícios Anteriores	50.000,00		
Subvenções Sociais	125.000,00	2.700.000,00	
CAPITAL			
Equipamentos e Instalações	165.000,00		
Material Permanente	150.000,00		
Auxílio para Obras Públicas	- 0 -	315.000,00	14.755.000,00
CREDORES			
Despesas Empenhadas	434.416,31		
Despesas Processadas	112.936,58		
Folhas de Pagamento	1.249.210,43		
Consignações	- 0 -	1.796.563,32	
RESTOS A PAGAR			
Empenhados	535.468,38		
Processados – Credores	- 0 -		
Processados – Folhas de Pagamento	2.780,51	538.248,89	
CONTAS PENDENTES			
Outras Contas Pendentes	32.280,67	32.280,67	2.367.092,88
SOMA = PASSIVO			17.122.092,88

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 28 de fevereiro de 1977.

CONTADOR GERAL

CHEFE DIVISÃO DE CONTABILIDADE

CHEFE SEÇÃO CONTABILIDADE